

## **Fluxus Holding S.A**

Demonstrações contábeis referente ao exercício findo em  
31 de dezembro de 2024 e 2023 acompanhado do relatório  
dos auditores independentes

## Índice

---

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
<b>Demonstrações financeiras</b>	
Balanços patrimoniais - Ativo	6
Balanços patrimoniais - Passivo e Patrimônio Líquido	7
Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	8
Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	10
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	11
	12
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	
1 CONTEXTO OPERACIONAL	12
2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	12
3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	14
4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17
5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	17
6 IMPOSTOS A RECUPERAR	17
8 DEPÓSITOS FIDUCIÁRIOS	18
9 INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS	18
10 FORNECEDORES	18
11 OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS	18
12 PROVISÃO PARA ABANDONO DE POÇOS E INSTALAÇÕES DE PRODUÇÃO	18
13 PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS	19
14 PATRIMONIO LÍQUIDO	19
15 RECEITA LÍQUIDA	19
16 RESULTADO FINANCEIRO	19
17 DESPESAS POR NATUREZA	20
18 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	20
19 INSTRUMENTOS FINANCEIROS	20
20 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	21
21 EVENTOS SUBSEQUENTES	21

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos administradores e acionistas  
Fluxus Holding S.A  
Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Fluxus Holding S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Fluxus Holding S.A., em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo

International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da instituição.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Presidente Prudente, 15 de julho de 2025.

**APPROACH  
AUDITORES  
INDEPENDENTES S  
S:06017215000  
100**  
Approach Auditores  
Independentes S/S  
CRC 2SP023119/O-0

Assinado digitalmente por APPROACH  
AUDITORES INDEPENDENTES S  
S:06017215000100  
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, S=SP, L=Presidente Prudente, OU=Presencial,  
OU=15055927000104, OU=Secretaria  
da Receita Federal do Brasil - RFB,  
OU=RFB e-CNPJ A1, CN=APPROACH  
AUDITORES INDEPENDENTES S  
S:06017215000100  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2025.07.15 16:01:32-03'00'  
Foxit PDF Reader Versão: 2024.1.0

**LEANDRO  
ANTONIO  
MARINI  
PIRES:1646  
1734813**  
Leandro Antonio Marini Pires  
Sócio  
Contador CRC 1SP185232/O-3

Assinado digitalmente por LEANDRO  
ANTONIO MARINI  
PIRES:16461734813  
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Presencial, OU=15055927000104,  
OU=Secretaria da Receita Federal do  
Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1,  
OU=(em branco), CN=LEANDRO  
ANTONIO MARINI  
PIRES:16461734813  
Razão: Eu sou o autor deste  
documento  
Localização:  
Data: 2025.07.15 16:01:52-03'00'  
Foxit PDF Reader Versão: 2024.1.0

**Fluxus Holding S.A.****Balancos patrimoniais  
(Em milhares de reais)**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
<b>ATIVO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.290	-	3.274	4.201
Contas a receber de clientes	5	-	-	6.430	-
Impostos a recuperar	6	13	-	1.132	-
Depositos fiduciários	8	-	-	187.019	-
Outros ativos circulantes	7	8	-	15.131	4.072
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>1.311</b>	<b>-</b>	<b>212.986</b>	<b>8.273</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	441	-
Investimentos em controladas	9	34.829	20.393	-	-
Imobilizado		155	-	1.753	-
Intangível		806	-	1.222	-
Outros ativos não circulantes		111	45	599	12.260
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>35.901</b>	<b>20.438</b>	<b>4.015</b>	<b>12.260</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>37.212</b>	<b>20.438</b>	<b>217.001</b>	<b>20.533</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fluxus Holding S.A.**

**Balancos patrimoniais  
(Em milhares de reais)**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	10	1.297	-	4.872	-
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	11	3.234	-	4.827	95
Débitos com empresas ligadas		6.078	-	-	-
Provisão para abandono de poços e instalações de produção	12	-	-	96.355	-
Outros passivos circulantes		26	-	26	-
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>10.635</b>	<b>-</b>	<b>106.080</b>	<b>95</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Provisão para abandono de poços e instalações de produção	12	13.433	-	94.188	-
Outros passivos não circulantes		-	-	3.589	-
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>13.433</b>	<b>-</b>	<b>97.777</b>	<b>-</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
	14				
Capital social		49.027	22.027	49.027	22.027
Outros resultados abrangentes		4.931	-	4.931	-
Prejuízo acumulado		(40.814)	(1.589)	(40.814)	(1.589)
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>13.144</b>	<b>20.438</b>	<b>13.144</b>	<b>20.438</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>37.212</b>	<b>20.438</b>	<b>217.001</b>	<b>20.533</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fluxus Holding S.A.**

**Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais)**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS</b>	15	-	-	9.834	-
Custos de produção	17	-	-	(10.219)	-
<b>LUCRO BRUTO</b>		-	-	(385)	-
Administrativas e gerais	17	(25.303)	-	(38.873)	(1.590)
Outras receitas (despesas) operacionais	17	-	-	(9.483)	-
<b>(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS</b>		(25.303)	-	(48.356)	(1.590)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		(25.303)	-	(48.741)	(1.590)
Receita financeira	16	75	-	10.072	1
Despesa financeira	16	(555)	-	(974)	-
		(480)	-	9.098	1
Resultado de equivalência patrimonial		(13.425)	(1.589)	-	-
<b>RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		(39.208)	(1.589)	(39.643)	(1.589)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	435	-
		-	-	435	-
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO</b>		(39.208)	(1.589)	(39.208)	(1.589)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fluxus Holding S.A.**

**Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**  
**(Em milhares de reais)**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>(39.208)</b>	<b>(1.589)</b>	<b>(39.208)</b>	<b>(1.589)</b>
Outros resultados abrangentes	4.931	-	4.931	-
<b>Total do resultado abrangente do período</b>	<b>(34.277)</b>	<b>(1.589)</b>	<b>(34.277)</b>	<b>(1.589)</b>
<b>Total do resultado abrangente atribuível a:</b>				
Controladores	(34.277)	(1.589)	(34.277)	(1.589)
	<b>(34.277)</b>	<b>(1.589)</b>	<b>(34.277)</b>	<b>(1.589)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fluxus Holding S.A.**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais)**

	social	Outros resultados Abrangentes AAC	Prejuízos acumulados	Total	Total do Patrimônio Líquido
<b>EM 25 DE OUTUBRO DE 2023 - (data da constituição)</b>	-	-	-	-	-
Aumento do capital social	22.027	-	-	<b>22.027</b>	<b>22.027</b>
Resultado líquido do exercício	-	-	(1.589)	<b>(1.589)</b>	<b>(1.589)</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>	<b>22.027</b>	-	<b>(1.589)</b>	<b>20.438</b>	<b>20.438</b>
Aumento do capital social	27.000	-	-	<b>27.000</b>	<b>27.000</b>
Ajuste acumulado de conversão	-	4.931	-	<b>4.931</b>	<b>4.931</b>
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(17)	<b>(17)</b>	<b>(17)</b>
Resultado líquido do exercício	-	-	(39.208)	<b>(39.208)</b>	<b>(39.208)</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024</b>	<b>49.027</b>	<b>4.931</b>	<b>(40.814)</b>	<b>13.144</b>	<b>13.144</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## **1 CONTEXTO OPERACIONAL**

A Fluxus Holding S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, empresa nacional constituída em 25/10/2023, tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades empresárias ou simples, nacionais e estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista, independentemente de sua atividade, bem como a compra e venda de participações societárias, podendo ser ampliado ou modificado a qualquer tempo.

A Fluxus adquiriu em novembro de 2023, via controlada direta "Fluxus OGE" os direitos exclusivos de exploração dos Blocos 1, 2 e Bloco Centro no campo de Centenário, localizado na província de Neuquén, Argentina, sob a operação da Pluspetrol. A média de produção diária nessa operação no mês de dezembro de 2024, foi de 5.890 barris equivalentes de óleo, desdobrando-se em 969 milhão de metros cúbicos de gás e 260 barris de petróleo. A conclusão dessa transação com a Pluspetrol está prevista para 2025, pendente de aprovações administrativas e condições procedentes habituais ao setor. Os valores pagos até o momento estão classificados em outros ativos não circulantes.

### **1.1 Principais eventos operacionais ocorridos no exercício**

#### **1.1.1 Aquisição de novas empresas pela controlada Fluxus Holding**

Em 23 de maio de 2024, a Companhia adquiriu, 100% do capital social da Pluspetrol Cayman, holding constituída nas Ilhas Cayman que, por sua vez, detém integralmente a Pluspetrol Bolivia Corporation S.A. Em decorrência da aquisição e transferência da propriedade e do controle da Empresa, a Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 20 de junho de 2024, aprovou a alteração do contrato social e do estatuto da companhia. Como parte dessa deliberação, a denominação social foi modificada de Pluspetrol Bolivia Corporation S.A. para Fluxus Bolivia S.A..

A Fluxus Bolivia atua no setor de exploração e produção de petróleo e gás natural. Atualmente, opera com uma produção de aproximadamente 412 mil barris de óleo equivalentes por dia, consolidando-se como uma das principais operadoras do segmento na região. A empresa possui e desenvolve atividades em três campos localizados na Bacia de Tarija-Chaco, uma das mais relevantes formações geológicas produtoras de hidrocarbonetos da Bolívia.

Na Bolívia, a exploração de petróleo e gás é regulamentada pela Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos ("YPFB"), empresa estatal responsável por administrar os recursos naturais do país no setor de hidrocarbonetos. Todos os campos e poços pertencem ao Estado boliviano, sendo a YPFB a detentora legal dos direitos sobre esses ativos. A Fluxus Bolivia, não possui os poços, mas atua por meio de Contratos de Operação firmados com a YPFB, nos quais são definidas as condições técnicas, econômicas e legais para a exploração e produção. Esses contratos estabelecem a forma de remuneração da operadora, bem como suas obrigações em relação à produção, investimentos e repasse de receitas ao Estado.

Conforme disposto no Contrato de Compra e Venda de Ações assinado, o preço de aquisição a ser pago pela aquisição é de US\$ 1,00 (um dólar americano), pago ao Vendedor, em papel moeda americano, no closing da operação. O laudo de avaliação elaborado por consultoria independente, conforme os parâmetros do CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, evidenciou que o valor justo dos ativos adquiridos é integralmente compensado por passivos operacionais assumidos, notadamente relacionados ao contrato de operação firmado com a estatal boliviana YPFB, o qual representa o principal ativo operacional da Fluxus Bolivia. Não foi identificado ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), tampouco valor residual a ser alocado. A operação foi classificada como estratégica para a Companhia, tendo em vista o aproveitamento de sinergias operacionais na região.

## **2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são de responsabilidade da Administração da Companhia e foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Consideram ainda, os pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, que alteraram, revogaram e introduziram novos dispositivos a Lei 6.404/76 (Lei das Companhias por Ações), com o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, provocando mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil e na apresentação das demonstrações contábeis a partir de 1 de janeiro de 2008. Dessa forma, essas alterações foram analisadas e aplicadas no que foi pertinente e julgado relevante às demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para operações de crédito, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variações às estimativas utilizadas, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

### **a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)**

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

### **b. Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- i) Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- ii) Os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- iii) Os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

**Fluxus Holding S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2024 e 2023**

(Em milhares de reais)

**c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**d. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas em notas explicativas.

**e. Demonstrações contábeis individuais**

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em coligadas, controladas e empreendimento controlado em conjunto ("joint ventures") são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram feitos, em ambas as demonstrações contábeis, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS e dos CPCs. O valor contábil desses investimentos inclui desdobramento dos custos de aquisição em valor patrimonial e ágio.

**f. Bases de consolidação e investimentos em controladas**

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem a Companhia e as suas controladas, e foram preparadas de acordo com os seguintes principais critérios: (i) eliminação dos saldos entre as empresas objeto da consolidação; (ii) eliminação dos investimentos entre as empresas consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida; (iii) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e (iv) cálculo de participação de acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado consolidado, quando relevante. Diferenças de práticas contábeis entre as controladas e a controladora, quando aplicável, são ajustadas às práticas contábeis da controladora, para fins de consolidação.

A Companhia controla uma investida quando está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder na investida. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis das consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da Controladora, as informações contábeis das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

**g. Contabilização de combinação de negócios, testes de recuperabilidade de ágio e de ativos intangíveis**

A Companhia usa o método de alocação contábil do custo de aquisição para registrar as combinações de negócios que não estão sob controle comum. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Geralmente, todos os ativos adquiridos e passivos incorridos e passivos contingentes assumidos são mensurados, inicialmente, a valor justo a partir da data de aquisição. A Companhia reconhece qualquer participação de não-controladores na adquirida em uma aquisição numa base de aquisição, ou a valor justo ou parte proporcional da participação dos não-controladores dos montantes registrados dos ativos líquidos. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

De acordo com as Normas Internacionais de contabilidade (IFRS) 3 "Combinações de Negócios", o excesso pago da contraprestação, o valor de qualquer participação minoritária na adquirida (quando aplicável) e o valor justo, data da aquisição, de qualquer participação detida na adquirida sobre o valor justo líquido do ativo identificável adquirido nessa data é registrada como ágio. O preço de aquisição consiste no caixa pago, o valor justo do capital e o justo valor da contraprestação contingente. O IFRS 3 não permite que em uma combinação de negócio, o ágio de rentabilidade futura, bem como os ativos intangíveis com vida útil indefinida sejam amortizados contabilmente, entretanto, eles devem ter o seu valor de recuperabilidade testado ao menos anualmente.

A Administração utiliza de julgamentos para identificar ativos e passivos tangíveis e intangíveis, valorizar tais ativos e passivos, e para a determinação de sua vida útil o processo de valorização utiliza-se de premissas, baseando-se em fluxos de caixa descontados a uma taxa julgada apropriada. A utilização de diferentes premissas no processo de mensuração pode resultar em uma mensuração distinta dos ativos e passivos.

Companhia adquirida	Adquirente	Participação (%) adquirida	Descrição do negócio	Data de aquisição	Preço de aquisição
Pluspetrol Bolivia Corporation S.A	Fluxus Holding S.A.	100%	Desenvolvimento, operação, execução e comercialização de atividades relacionadas ao setor petrolífero, incluindo prospecção, pesquisa, exploração, refino, transporte, armazenamento, distribuição e serviços de consultoria. Atua tanto no Estado Plurinacional da Bolívia quanto no exterior, podendo realizar importação, exportação e outras atividades conexas ao setor petrolífero.	23.05.2024	US\$ 1,00 (um dólar americano)

**h. Novos pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável ao CPC que foram e serão adotados pela Companhia**

**h1. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e adotados pela Companhia**

**IAS 1/CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis**

As alterações emitidas em 2020 e 2023, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em/ou após 1 de janeiro de 2024. A Companhia acompanhou as alterações e não identificou impactos em decorrência dessa alteração.

**IAS 1/CPC 26 e IFRS 7/CPC 40 – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”)**

A partir de 1 de janeiro de 2024, as alterações visam aumentar a transparência e a comparabilidade das informações financeiras nas operações de risco sacado que consistem no financiamento de fornecedores por meio de instituição financeira. As Companhias deverão informar os termos e condições das operações com fornecedores, a exposição ao risco sacado no fluxo de caixa do balanço e os fatores que afetam o risco de liquidez relacionado a essa operação. A Companhia adequou a divulgação da nota explicativa de acordo com o requerimento da norma.

**h2. Novos pronunciamentos contábeis e interpretações que ainda serão adotados pela Companhia**

**ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial**

A partir de 1 de janeiro de 2025, a Resolução CVM nº 212 realizou algumas correções de redação e referência no ICPC 09 com o objetivo de alinhar a redação da referida norma com a do CPC 18 (R3), a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores à sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. A Companhia está acompanhando as alterações e não identificou impactos em decorrência dessa alteração.

**CPC 18 (R3) / IAS 28 – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto**

A Resolução CVM nº 211 incorporou ao texto do CPC 18 (R3) / IAS 28 a utilização do método da equivalência patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas Demonstrações Individuais. A utilização do MEP para mensuração desses investimentos está determinada pela Lei 6404/76 e, por ter relação com as Demonstrações Individuais, não encontrava correspondência nas normas emitidas pelo IASB. A Companhia está acompanhando as alterações e não identificou impactos em decorrência dessa alteração.

**IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações**

A partir de 1 de janeiro de 2027, a norma permite que subsidiárias que não tenham responsabilidade pública e que se o seu controlador final produzir demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS, forneçam divulgações reduzidas ao aplicar as normas contábeis internacionais na elaboração das suas demonstrações financeiras. A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis. A Companhia está acompanhando as alterações e não identificou impactos em decorrência dessa alteração.

**IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras**

A partir de 1 de janeiro de 2027, o IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As Companhias são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará;
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras;
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia está avaliando os impactos da norma e não realizará a adoção voluntária para 2024.

**IAS 21 / CPC 02 – Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis**

A partir de 1 de janeiro de 2025, essa alteração estabelece os requisitos contábeis para quando uma moeda funcional não pode ser convertida em outras moedas. Nesse caso, a Companhia deve usar a taxa de câmbio observável mais recente para traduzir os resultados e a posição financeira dessa operação no exterior para a sua moeda de apresentação. A entidade também deve divulgar essa taxa de câmbio, a data em que foi observada e as razões pelas quais a moeda não é trocável. A Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos em decorrência dessa alteração.

**3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para o exercício apresentado nessas demonstrações contábeis.

**a. Moeda estrangeira**

*i. Transações em moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação.

Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

**b. Instrumentos financeiros**

*i. Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

**Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

**Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

**Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e clientes e outros créditos.

**Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

**c. Redução ao valor recuperável (impairment)**

*i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

#### Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de riscos similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

#### d. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

#### e. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, quando existentes, receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, quando existentes, despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

#### f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000,00 no ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. No exercício de 2024 a Companhia não possuía adições temporárias e não houve a constituição do imposto de renda e contribuição social diferidos.

**Fluxus Holding S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2024 e 2023**

(Em milhares de reais)

Na controlada Fluxus Bolívia, o imposto aplicável é o Impuesto sobre las Utilidades de las Empresas – IUE, apurado com base nas normas fiscais locais, à alíquota de 25%. A controlada adota as práticas contábeis geralmente aceitas na Bolívia, conforme estabelecido pelo Conselho Técnico Nacional de Auditoría y Contabilidad. O imposto diferido é calculado sobre as diferenças temporárias entre os saldos contábeis e fiscais, aplicando-se a alíquota vigente e considerando a expectativa de realização futura. Entretanto, em razão da baixa probabilidade de recuperação dos ativos fiscais diferidos relacionados a prejuízos tributários acumulados, a controlada optou por não reconhecer ativo fiscal diferido, em conformidade com sua política contábil e com as práticas locais. A Companhia avaliou os efeitos dessa prática no processo de consolidação e concluiu que não há impactos relevantes nas demonstrações contábeis consolidadas que demandem ajustes para fins de aderência aos CPCs.

**4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

O saldo da conta “Caixa e equivalentes de caixa” inclui caixa em poder da Companhia, líquido de saldos bancários a descoberto. O saldo dessa conta no final do período de relatório, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Caixa e bancos	88	-	2.072	-
Aplicação financeira	1.202	-	1.202	4.201
	<b>1.290</b>	<b>-</b>	<b>3.274</b>	<b>4.201</b>

**5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

	Consolidado	
	31.12.24	31.12.23
Mercado externo	107.188	-
(-) Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa - PECLD <sup>(1)</sup>	(100.758)	-
	<b>6.430</b>	<b>-</b>
A movimentação de PECLD está demonstrada abaixo:		
<b>Saldo inicial 01.01.24</b>	-	-
Aquisições/ajuste de combinações de negócios	(100.758)	-
<b>Saldo final 31.12.24</b>	<b>(100.758)</b>	<b>-</b>

Na controlada Fluxus Bolívia, desde 2 de maio de 2007, as receitas reconhecidas referem-se à Remuneração do Licenciado, paga diretamente pela YPFB, conforme previsto nos Contratos de Exploração em vigor, em contrapartida pelas entregas de hidrocarbonetos ao mercado nacional. Até 31 de dezembro de 2024, essas receitas encontram-se pendentes de conciliação com a YPFB Corporación. Os resultados dessa conciliação serão reconhecidos contabilmente no exercício em que forem efetivamente apurados.

Desde 2019, a IEASA (importadora) realiza os pagamentos à YPFB (exportadora) pelas entregas de gás natural destinadas à exportação, conforme os contratos de comercialização firmados entre as partes. A YPFB, por sua vez, repassa os valores devidos aos titulares dos contratos de exploração, por meio de depósitos nas contas correntes por estes designadas.

<sup>(1)</sup> Em 31 de dezembro de 2024, o saldo das contas a receber inclui uma provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa nos montantes de R\$ 100.758. Essa provisão considera as diferenças relativas a faturas vencidas há mais de um ano em relação ao encerramento do exercício, mas que foram pagas pela YPFB até o final do exercício corrente.

**6 IMPOSTOS A RECUPERAR**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
IRRF a recuperar	13	-	13	-
IVA	-	-	1.003	-
Outros	-	-	116	-
	<b>13</b>	<b>-</b>	<b>1.132</b>	<b>-</b>

**7 OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Ativo sob controle restrito	-	-	-	4.072
Adiantamento aquisição de ativos <sup>(1)</sup>	-	-	12.216	12.216
Outros ativos a receber	119	45	3.514	44
	<b>119</b>	<b>45</b>	<b>15.730</b>	<b>16.332</b>
<b>Desmembramento</b>				
Circulante	8	45	15.131	4.072
Não Circulante	111	-	599	12.260
	<b>119</b>	<b>45</b>	<b>15.730</b>	<b>16.332</b>

<sup>(1)</sup> Valor referente a adiantamento para concretização da operação com a empresa Pluspetrol. A conclusão dessa transação com a Pluspetrol está prevista para 2025, pendente de aprovações administrativas e condições procedentes habituais ao setor.

**Fluxus Holding S.A.**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2024 e 2023**

(Em milhares de reais)

**8 DEPÓSITOS FIDUCIÁRIOS**

	Consolidado	
	31.12.24	31.12.23
Conta fiduciária Tacobo e Outros	187.019	-
	<b>187.019</b>	<b>-</b>

De acordo com as cláusulas 24.3 e 24.6 dos Acordos Operacionais que a controlada Fluxus Bolívia possui junto à YPFB, foi celebrado em 15 de agosto de 2018 o Acordo Fiduciário relacionado ao projeto Tacobo e Outros. Em 17 de agosto de 2018, foi aberta a conta fiduciária destinada ao depósito dos custos de abandono previstos nesse acordo, após sua devida autenticação. A escritura pública do contrato fiduciário foi lavrada em 10 de abril de 2019, perante o Notário do Governo de La Paz.

Em julho de 2019, o valor provisionado, conforme estabelecido na cláusula 24.6 dos contratos de exploração vigentes, foi transferido para a referida conta fiduciária. De acordo com as demonstrações financeiras emitidas pelo fiduciário, os saldos do ativo da conta fiduciária Tacobo e Outros totalizavam R\$ 187.019 em 31 de dezembro de 2024. Este depósito cobre 100% dos custos de abandono de poços na Bolívia.

**9 INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Fluxus Óleo, Gás e Energia	18.244	20.393	-	-
Fluxus Óleo, Gás e Energia S.A	4.691	-	-	-
Fluxus Bolívia S.A	11.894	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>34.829</b>	<b>20.393</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

	Total de ativos	Participação	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado líquido
Fluxus Óleo, Gás e Energia	18.245	100%	22.458	18.244	-	(593)
Fluxus Óleo, Gás e Energia S.A	5.871	100%	1	4.691	-	(5.339)
Fluxus Bolívia S.A	196.525	100%	1	11.894	9.834	(7.496)

Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

**10 FORNECEDORES**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Materiais e serviços	1.297	-	4.872	-
	<b>1.297</b>	<b>-</b>	<b>4.872</b>	<b>-</b>

**11 OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Salários e encargos sociais	3.186	-	4.381	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	7	-	12	23
Pis/Cofins/IRPJ e CSLL a recolher	1	-	1	-
CSRF a recolher	-	-	-	72
Outros	40	-	433	-
	<b>3.234</b>	<b>-</b>	<b>4.827</b>	<b>95</b>

**12 PROVISÃO PARA ABANDONO DE POÇOS E INSTALAÇÕES DE PRODUÇÃO**

A subsidiária Fluxus Bolívia reconhece a provisão para abandono de poços e instalações de produção relacionadas aos Contratos de Exploração "Tacobo e Outros", com base em estimativas de custos fornecidas pela área técnica. O valor inicial da provisão, bem como suas atualizações posteriores, seja por alterações no montante estimado, no prazo ou na taxa de desconto, é capitalizado e amortizado com base no método das unidades de produção de cada campo.

O passivo é reconhecido pelo valor presente dos fluxos de caixa estimados e sua atualização ocorre proporcionalmente ao tempo, sendo o efeito do desconto registrado como despesa financeira em cada exercício.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da provisão para abandono dos ativos relacionados ao contrato "Tacobo e Outros" totalizava R\$ 174.372.

Fluxus Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

<b>Saldo inicial 01.01.24</b>	-
Aquisições/ajuste de combinações de negócios	<b>190.543</b>
<b>Saldo final 31.12.24</b>	<b>190.543</b>
<b>Desmembramento</b>	
Circulante	<b>96.355</b>
Não Circulante	<b>94.188</b>
<b>Total</b>	<b>190.543</b>

**13 PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS**

A Companhia não é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e fiscais. Os consultores jurídicos responderam as cartas de circularização informando não haver ações em curso onde a empresa figura no polo passivo da discussão, não havendo processos que requeiram a provisão de contingência de acordo com a norma contábil CPC-25, nem ações na condição de Possível perda que requeiram a divulgação em notas explicativas.

**14 PATRIMONIO LÍQUIDO**

**a) Capital social**

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 49.027.600 composto por 49.027.600 ações nominativas de R\$ 1,00 cada.

	Participação %	Número de quotas	2024
Globe Investimentos S.A	100,00%	49.027.600	49.027
	<b>100,00%</b>	<b>49.027.600</b>	<b>49.027</b>

**b) Outros resultados abrangentes**

Composto por ajustes de avaliação patrimonial reflexa de controladas e ajustes acumulados de conversão referente a variação cambial resultante na conversão das demonstrações contábeis das controladas.

**15 RECEITA LÍQUIDA**

	Consolidado	
	2024	2023
<b>RECEITA BRUTA</b>		
Prestação de serviços	10.185	-
	<b>10.185</b>	-
<b>DEDUÇÕES DE VENDAS</b>		
Impostos sobre as vendas	(351)	-
	<b>(351)</b>	-
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>9.834</b>	-

**16 RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Juros ativos	75	-	76	1
Variação cambial e outros	-	-	9.996	-
<b>Receita Financeira</b>	<b>75</b>	-	<b>10.072</b>	<b>1</b>
Tarifas bancárias	(507)	-	(696)	-
Juros passivos	(11)	-	(12)	-
Variação cambial e outros	(37)	-	(266)	-
<b>Despesa Financeira</b>	<b>(555)</b>	-	<b>(974)</b>	-
Receita financeira	75	-	10.072	1
Despesa financeira	(555)	-	(974)	-
	<b>(480)</b>	-	<b>9.098</b>	<b>1</b>

(Em milhares de reais)

**17 DESPESAS POR NATUREZA**

Apresentamos, a seguir, o detalhamento da Demonstração do Resultado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>a) Custo dos produtos vendidos</b>				
Custo de estoques, matérias-primas e insumos	-	-	(2.477)	-
Salários e benefícios	-	-	(2.702)	-
Depreciação e amortização	-	-	(2)	-
Outros	-	-	(5.038)	-
	-	-	(10.219)	-
<b>b) Despesas administrativas e gerais</b>				
Salários e benefícios	(19.649)	-	(26.966)	-
Honorários, serviços e despesas gerais	(5.595)	-	(11.621)	(1.590)
Depreciação e amortização	(55)	-	(199)	-
Outras	(4)	-	(87)	-
	(25.303)	-	(38.873)	(1.590)
<b>c) Outras receitas (despesas) operacionais</b>				
Resultado da exposição à inflação	-	-	(712)	-
Outras	-	-	(8.771)	-
	-	-	(9.483)	-

**18 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

No exercício de 2024 o imposto de renda foi calculado com base no lucro real considerando as atuais alíquotas e a contribuição social sobre o lucro foi apurada, considerando-se a taxa de 9% conforme legislação em vigor.

Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro real, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

**19 INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos ou qualquer outro ativo de risco com fins de especulação. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui quaisquer operações com derivativos.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

**Gerenciamento dos riscos financeiros**

A Companhia avalia que não está exposta aos Riscos de Crédito, sua exposição aos riscos resultantes de instrumentos financeiros estaria

- Risco de liquidez
- Risco de Mercado

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

**Estrutura de gerenciamento de risco**

A Diretoria é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

**Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A Companhia monitora as exigências de fluxo de caixa. Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista e/ou recebíveis de curto prazo suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de curto prazo, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras, isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

**Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

**Fluxus Holding S.A.**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2024 e 2023**

**(Em milhares de reais)**

**20 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelos sócios em reunião de diretoria em 15 de julho de 2025.

**21 EVENTOS SUBSEQUENTES**

A administração considerou todos os fatos e eventos que ocorreram entre a data das demonstrações e a data da sua autorização para conclusão não havendo eventos que requeiram ajustes em suas demonstrações contábeis.

---

Danilo dos Reis  
Contador  
CRC SP: 299039/O-8

---

\* \* \* \* \*